



memórias de Osugi trazem apenas um arrependimento: não ter levado sua filha Mako na viagem.

Em artigo publicado em *verve* 27, Christian Ferrer afirmou que os anarquistas não deixaram rastros para serem farejados ou seguidos, deixaram marcas, acontecimentos, ebulições. A existência de Sakae Osugi deixou sua marca. Livre de muros ou fronteiras, não almejou tornar-se um exemplo a ser seguido. Traçou um percurso errante e furou a sólida obediência oriental. Diante de inúmeros acordos, concessões, consentimentos e permissões, a atualidade de Osugi está em sua inquietação mesmo diante de revolucionários, socialistas ou anarquistas. É preciso desassossego para provocar essas ebulições e não fincar raízes para permanecer errante.

## anarquia aqui e agora

ACÁCIO AUGUSTO

Oswaldo Escribano. *Siglo y médio de anarquismo. De la Comuna de Paris a las insurrecciones antiglobalización*. Ediciones del Parral: Montevideo, 2014, 142 pp.

Desde a emergência do movimento antiglobalização, assistimos em todo o planeta a um interesse crescente e gradual em relação à anarquia e aos anarquismos. Suas

*Acácio Augusto é pesquisador no Nu-Sol, deoutor em Ciências Sociais pela PUC-SP e pós-doutorando no Núcleo de Estudos Urbanos e Socioambientais da Universidade de Vila Velha. Contato: estadoalterado@yahoo.com.br*



histórias, práticas e proposições aparecem de diversas maneiras, muitas vezes descoladas das lutas que a forjaram. Nesse sentido, termos que nomeiam práticas próprias do movimento anarquista, como autogestão, ação direta e anti-representação, são utilizados em contextos vários e não necessariamente próximos da anarquia enquanto prática política e antipolítica. Para alguns teóricos, como David Graeber, este contexto marca a emergência de “novos anarquistas”; outros, mais analíticos, como Tomas Ibañez, notam nessa situação a formação de um “neoanarquismo”. Há ainda os que associam a anarquia às análises contemporâneas das relações de poder derivadas da produção de Michel Foucault e Gilles Deleuze, compondo o que alguns, como Saul Newman, chamam de “pós-anarquismo”. O livro de Osvaldo Escribano pode ser inserido no conjunto dessas produções contemporâneas que buscam na história da anarquia sua atualidade enquanto prática radical de recusa ao poder. No entanto, como escreve a partir do sul do planeta, suas análises e conclusões possuem diferenças e especificidades em relação ao que é produzido na Europa e nos EUA.

Escribano é sociólogo de formação e sua vinculação com as práticas anarquistas não é recente. Nos tempos de estudante, quando ainda vivia em Buenos Aires, Argentina, era frequentador da Biblioteca Popular José Ingenieros. Nesses tempos, fundou, com alguns camaradas, a Associação de Estudos Libertários (AEL), na qual discutiam textos anarquistas, criaram uma distribuidora de livros e um laboratório de fotografia. Aos 21 anos foi convocado a servir o exército. Cogitou praticar a objeção de consciência, não atendendo à convocação obrigatória do exército, mas avaliou que sozinho não seria possível e, então, desistiu



da ação. Ao sair do serviço militar, ingressou na Universidade, na qual viveu experiências de vida comunitária em acampamentos universitários. Mais tarde, diria que a falta de compromisso dos envolvidos não permitiu a continuidade dessas práticas.

No entanto, como lhe interessava a vida associada, decidiu, em 1964, mudar-se para o Uruguai e viver na Comunidad del Sur. Esta é uma experiência iniciada nos anos 1950 por estudantes da Faculdade de Belas Artes de Montevideo, que consiste em um sítio para moradia, produção de alimentos e uma gráfica na qual trabalhavam os integrantes da associação, em sua maioria, moradores do sítio. Como eles mesmo se definem, trata-se de uma experiência de autogestão e cultura libertária. Escribano viveu até 1974 na Comunidad del Sur, quando saiu e foi trabalhar no Uruguai como pesquisador e professor de sociologia, envolvendo-se também nas lutas contra a ditadura civil-militar naquele país e em outras partes da América Latina.

Nesse sentido, *Siglo y medio de anarquismo. De la Comuna de Paris a las insurrecciones antiglobalización* é resultado do cruzamento entre a experiência militante e as pesquisas realizadas pelo autor acerca dos impactos da globalização nos países do Sul, chamados de países em desenvolvimento. Como parte de uma perspectiva anarquista, uma das potências de seu texto é a produção de uma crítica radical aos governos chamados de progressistas e contra o neoliberalismo em países como Argentina, Brasil, Bolívia, Equador, Venezuela e o próprio Uruguai. Embora o título do livro sugira um recorte temporal amplo – da Comuna de Paris, no final do século XIX, ao movimento antiglobalização, no início do século XXI –, ele não é longo



e nem exaustivo em relação aos acontecimentos históricos. Isso se dá por uma opção metodológica e uma colocação em perspectiva. Escribano foca nas práticas, em especial as experiências em autogestão, e, apesar de versar sobre a anarquia no planeta, olha para a história desde o Sul.

Diferente de alguns autores contemporâneos, a definição de anarquismo oferecida logo no início do livro guarda ainda uma certa fé na razão e na humanidade, concebendo a anarquia como uma forma quase que natural da sociabilidade humana. Segundo o autor, “podemos dizer que o anarquismo é uma corrente ideológica que, no interior das correntes socialistas, nega totalmente os valores do sistema capitalista e, portanto, investe em sua eliminação, assim como toda estrutura de poder hierárquico – Estado, Igreja – que signifique um dano a qualquer outro ser humano e sua liberdade que é o que permite o desenvolvimento pleno de suas potencialidades” (p. 12). Entretanto, ainda que guarde certa relação com uma definição moderna e humanista de anarquia, ao focar nas práticas, em especial a autogestão, o livro se apresenta como uma interessante introdução à potência dos anarquismos na atualidade. Desta maneira, ao longo de sua exposição, o autor atenta tanto às experiências históricas nomeadamente anarquistas, como as vividas na Revolução Espanhola de 1936 a 1939, quanto às práticas que não se declaravam abertamente anarquistas, mas que, segundo o autor, realizavam experimentações autogestionárias como os kibutz, em Israel, apontados por Daniel Guèrin em seu conhecido livro *O anarquismo*, de 1965. O critério adotado por Escribano é a coerência entre meios e fins e a capacidade de cada experiência destacada por ele de realizar o que propõe no presente,



mesmo que esteja orientada por uma transformação mais global desejada para um futuro próximo.

Como é comum a muitos livros sobre história do anarquismo escritos nos anos 1960 e 1970, como o já citado Guèrin e outros como o *Anarquistas e anarquismo*, de James Joll, o autor propõe uma perspectiva bastante heterodoxa da história libertária. Diferente de alguns teóricos atuais, tributários paradoxalmente de uma metodologia histórica marxista, ele não reduz a emergência da anarquia aos movimentos operários da segunda metade do século XIX. Aponta para princípios antiautoritários nos antigos, em especial entre os estoicos, faz referências aos movimentos de camponeses na Inglaterra, como os *levellers* e os *diggers*, e ressalta a decisiva contribuição de William Godwin em sua crítica ao governo no final do século XVIII, momento de formação decisiva dos Estados nacionais e sua racionalidade governamental. Assim, o livro se divide em uma breve definição e antecedentes dos anarquismos para, logo em seguida, dedicar-se aos novos movimentos e suas relações com a anarquia. Em duas sessões finais, apresenta uma discussão mais geral sobre os efeitos de poder da globalização, e na seção que nomeia como “Globalização II”, o autor lida com as novas formas de dominação capitalista e suas implicações no desenvolvimento baseado no mercado financeiro, na expansão de monoculturas nos países chamados de periféricos, no solapamento das democracias diante de agências financeiras internacionais e na monetarização da vida. Por fim, produz dois ensaios sobre os debates atuais entre os anarquistas acerca de como se organiza o movimento libertário e a urgência do anarquismo aqui e agora.



Como já indicado, o livro não se prende a uma definição rígida ou ortodoxa de anarquismo, o que não o impede algumas caracterizações precisas das práticas libertárias. E aqui merece destaque o deslocamento das práticas anarquistas de um campo meramente político, ao menos do que se entende modernamente por esse campo de ação. Conforme destaca, “o anarquismo não pode ser definido como um movimento político em sua forma clássica, a partir do momento em que esse termo se define como a arte e a ciência referente ao governo do Estado” (p. 20). E ainda que insista, logo em seguida, em localizar o anarquismo dentro das correntes do socialismo histórico, ressalta, a partir de Proudhon, a importância de se lutar contra a tríade que obstrui a liberdade dos homens: o Estado, o Capital e a Igreja.

Partindo dessa referência comum, e após uma breve e crítica discussão sobre as diferentes propostas de organização de lutas entre os anarquistas, Escribano parte para uma análise da presença marcante de práticas anarquistas entre os chamados “novos movimentos sociais” (pp. 32-44), em especial os iniciados após o movimento antiglobalização e até mesmo entre grupos que não são explicitamente anarquistas. Defende que “o anarquismo foi ocupando lugares relacionados com a ecologia, o feminismo, os grupos musicais, os movimentos de desempregados, o antimilitarismo, os okupas etc. Também nos últimos anos ocupou um lugar preponderante no movimento antiglobalização, destacando, na América Latina, o saque extrativista e as monoculturas de transgênicos dos latifúndios, com um claro conteúdo anticapitalista” (p. 34). Apresenta e analisa pontualmente práticas características desses novos movimentos sociais ligados ao anarquismo, como



a Ecologia Social, o Anarco-feminismo, o Anarco-punk e o Anarco-veganismo. Tomando como exemplos pontuais, Escribano utiliza essas manifestações contemporâneas também para reforçar as diferenças entre práticas anarquistas e muitos movimentos autônomos ou ligados a um certo marxismo que também habitam o movimento antiglobalização, chamando atenção para que, segundo os anarquistas, está sempre em jogo uma prática cotidiana e a irredutível coerência entre meios e fins.

Em seguida, o autor dedica algumas páginas à noção de autogestão entre os anarquistas e a apresenta algumas experiências nesse sentido em todo o planeta (pp. 72-91). O mais interessante nesse ponto é a sua preocupação em diferenciar autogestão, como uma prática própria dos anarquistas, com outras formas ligadas à participação e à cogestão, muitas vezes confundidas, mas que em nada se aproximam de experiências que são, sobretudo, anti-estatais e anticapitalistas. Conforme assinala, “a autogestão, como forma organizativa em si, pode ser adaptativa ou revolucionária. Referimo-nos aqui ao fato de que tomada parcialmente, como organização econômica, a autogestão pode ser aplicada como elemento de integração dentro do capitalismo, seja este privado ou estatal” (p. 73), de maneira que autogestão e ação direta devem ser tomadas como práticas associadas. De uma perspectiva anarquista, não se trata apenas de envolver, de forma participativa, os produtores e consumidores nos processos de produção e gestão de recursos, mas também de destruição e obstrução de formas hierárquicas de se realizar e designar as atividades em torno da produção de um objeto e/ou de um conjunto de recursos ou víveres coletivos. Feitas essas ressalvas, e após uma breve discussão sobre como a autogestão e a



participação se deram em parte do movimento operário europeu do pós-Segunda Guerra Mundial como formas adaptativas da gestão operária, Escribano apresenta o que acredita serem formas anarquistas de experimentações autogestionária. Pontualmente cita: os kibutz, em Israel; as coletividades libertárias na Espanha revolucionária; o Projeto A, na Alemanha; Cristiania, na Dinamarca; Comunidade do Sul, no Uruguai; Unidade Cooperativa nº 1, também no Uruguai; Comunidade Terra, na Argentina; Comunidade Herrera, também na Argentina; e, finalmente, os diversos grupos de convivência e okupas espalhados por todo o planeta, como formas de habitar e produzir cultura de maneira coletiva e autogestionária.

Como já indicado, há dois ensaios breves sobre a globalização, os movimentos de oposição a esse processo e a presença dos anarquistas nesses movimentos de protestos. Escribano ensaia, ainda, uma possibilidade de crítica ao processo planetário de expansão do capitalismo financeiros e suas agências e agendas transterritoriais de uma perspectiva anarquista. Por partir dessa perspectiva, faz interessantes e importantes críticas à atuação de ONGs e dos governos chamados de progressistas, em especial na América Latina. No entanto, mantém a perspectiva anarquista como um projeto de sociedade a ser realizada ou como forma última para qual os movimentos de contestação devem rumar.

Como é comum a outros livros sobre os anarquismos e a anarquia na América do Sul, há pouca atenção para as práticas, histórias e experiências desenvolvidas no Brasil. Um exemplo disso é a disposição em atravessar o planeta em torno da controversa experiência dos kibutz, mas não mencionar a inventiva experimentação da Colônia de





Cecília, no interior do estado do Paraná, no Brasil do final do século XIX. O que me leva a indicar que talvez haja uma barreira maior que a das diferenças linguísticas entre os anarquismos no Brasil e no restante da América Latina. Penso que esta circunscrição geográfica e a manutenção de uma certa crença em uma natureza boa dos homens são as principais limitações desse livro que, no restante, registra a pujança e a pertinência das análises e práticas libertárias contemporâneas. Se a tomarmos menos como um projeto de sociedade – como de certa maneira insiste o autor –, e mais como meio de produzir outras formas de vida, como Escribano também destaca, a anarquia segue como uma potência viva de combate ao Estado, ao capitalismo e às renovadas formas de produção da obediência.

Como destacado no ensaio de conclusão, “El anarquismo hoy y aquí”, os problemas derivados do processo de globalização, em especial os que dizem respeito à exploração do trabalho, a uma concentração de poder nas empresas multinacionais e aos riscos ecológicos em todo planeta, encontra inventivas elaborações e críticas nas práticas e história dos anarquismos – formas de vida associativas que vão além de uma defesa dos Direitos Humanos ou de uma administração da crise ecológica por meio do desenvolvimento sustentável. Mas se há na anarquia formas diversas de lidar com as questões colocadas pelo Estado e pelo Capital, discordando de Escribano, diria que sua potência está sempre em se colocar como problema e não como uma solução. Um problema que se coloca, antes de mais nada, aos que decidem estar em combate a partir dos anarquismos, como foi e é o próprio Escribano, revirando-se e se fazendo no calor das lutas e das práticas. Nesse sentido, pouco importa a história da doutrina, mas





sim a possibilidade que as práticas anárquicas e a história dos anarquismos indicam como possibilidade de outros modos de existência. Isto é anarquia aqui e agora. Nas batalhas do presente e sem pretensão de indicar o futuro.

